

**NEVES, Ednalva Maciel; LONGHI, Márcia Reis; FRANCH, Mônica Lourdes (org).
Antropologia da Saúde: Ensaios em Políticas da Vida e Cidadania. 1 ed,
Brasília: ABA Publicações; João Pessoa: Mídia Gráfica e Editora, 2018.**

Hellen Monique dos Santos Caetano¹

O livro intitulado *Antropologia da Saúde: Ensaios em Políticas da Vida e Cidadania* nos brinda com uma coletânea de artigos que perpassam temas diversos dentro da área antropológica voltado para a discussão sobre saúde. Os textos publicados mostram a diversidade do exercício antropológico e das várias formas de construção de entendimentos. Os autores são de diversas áreas do país, vinculados a instituições espalhadas pelo Brasil, o que atesta o caráter múltiplo e dinâmico dessa área de pesquisa e atuação.

A coletânea, assinada por Ednalva Neves, Márcia Longhi e Mônica Franch, reuniu alguns dos trabalhos apresentados na 1ª Reunião de Antropologia da Saúde- RAS², nos dias 22 e 23 de outubro de 2015 na Universidade Federal da Paraíba em João Pessoa. A realização dessa primeira edição foi possível por conta do esforço por parte de docentes e discentes que fazem parte do Grupo de Pesquisas em Saúde, Sociedade e Cultura vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba. Com a temática “Políticas da Vida e Cidadania”, teve como objetivo reunir pesquisadores, profissionais, gestores e ativistas de diversas regiões do país interessados em discutir saúde e as práticas relacionadas a ela, ampliando o diálogo para além dos muros universitários.

Os capítulos que formam o livro têm temáticas diversas, como HIV/AIDS, doenças raras, discurso médico, medicina molecular, regulamentação, entre outros. O intuito da reunião de trabalhos tão variados neste mesmo volume é o de contribuir para a discussão sobre as práticas de saúde e seus agenciamentos, num diálogo transdisciplinar entre as Ciências Sociais e o campo da Saúde Coletiva. Convidada para fazer o prefácio do livro, Maria Cecília de Souza Minayo evidencia as possíveis contribuições da Antropologia para pensar saúde, enfatizando as vivências das pessoas e dos grupos sociais. A importância dessas contribuições reside numa visão de compreender o adoecimento para além de seus componentes físicos e químicos, atestando seu caráter cultural e social.

É na introdução que as organizadoras do livro além de apresentar um pouco dos textos que virão a seguir, mostram a importância de uma reflexão acerca dos limites e possibilidades da etnografia em contextos relacionados a saúde. Octavio Bonet, no primeiro

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Alagoas.

² Atualmente, a RAS está em sua terceira edição. Em setembro de 2019, com o mote “Saúde, Movimentos Sociais e Direitos”, a III RAS aconteceu em Natal, Rio Grande do Norte.

capítulo, argumenta que é a partir de etnografias de serviços de saúde que podemos ver o “resto”, o que “vaza”. Apoiado em “cenas etnográficas”, o autor constrói o texto mostrando onde podemos encontrar o Real, o sofrimento difuso que acaba escapando de nossas categorias analíticas mais abrangentes. A pesquisa etnográfica em contextos específicos possibilita captar as dimensões da vida onde se localizam os sofrimentos e os afetos.

O segundo capítulo intitulado *Interface entre religiões e saúde no Brasil: notas para um balanço da produção antropológica* de autoria de Fátima Tavares e Iacy Pissolato Silvera, consiste em um levantamento bibliográfico da produção antropológica acerca dessa interface. As autoras, a partir disso, mostram como existem dilemas entre a antropologia e outras disciplinas que investigam práticas terapêuticas não médicas. Apoiadas nas perspectivas de Latour e Ingold, evidenciam a importância de seguir os processos de cura enquanto tramas que se disseminam em várias direções e perpassam corpos, subjetividades e mundos.

Apesar de dividirem uma temática em comum, os Alcoolicos Anônimos, o terceiro e quarto capítulo partem de lugares diferentes. Melo busca, a partir de uma análise dos 12 passos dos Alcoolicos Anônimos, discutir a influência religiosa nesses grupos em relação com a área da saúde. A autora mostra como os 12 passos fazem parte do circuito de saúde pública no Brasil, dando ênfase às práticas de cura pela fé, os valores e comportamentos morais do corpo e a relação com família e trabalho. Já o trabalho de Brunello, construído em espiral, coloca em perspectiva as configurações do movimento sobre a alcoolização, partindo das reuniões dos Alcoolicos Anônimos e chegando nos Consultórios de Rua, ao analisar como o cuidado é empregado nesses serviços de saúde. A partir da ideia de “Itinerâncias”, Brunello mostra como as questões em torno do processo de alcoolização podem ser transfiguradas sob múltiplos efeitos analíticos em movimento.

Etnografias sobre políticas da vida também fazem parte dos trabalhos desta coletânea, são os capítulos cinco e seis que mostram as diversas possibilidades do exercício antropológico. Pedro Nascimento e Márcia Alexandrino Lima no capítulo intitulado *“O Bolsa Família tem ajudado muita a gente”: usos das condicionalidades da saúde no Programa Bolsa Família* contribuem para a discussão sobre como o Programa Bolsa Família é um dos exemplos do modo como as tecnologias de governo instrumentalizam categorias tradicionais com componentes morais presentes para o alcance de objetivos pactuados globalmente baseados em noções de direitos humanos e desenvolvimento. Perpassando categorias de cuidado, gênero e classe, os autores mostram como o uso de condicionalidades são uma forma de pressionar os beneficiários a cumprirem as metas estabelecidas pelo serviço de saúde, reforçando determinados lugares, construindo um tipo de hierarquização dentre desses serviços.

O capítulo seis nos brinda com uma discussão sobre aborto e saúde reprodutiva no nordeste brasileiro. Rozeli Porto, Cassia Helena Sousa e Mayra Moda buscaram delinear o perfil

de mulheres que realizaram aborto durante sua vida, evidenciando elementos como cor/raça, classe, crenças religiosas, situação conjugal e número de abortos. Seguindo o caminho de trabalhos de outras autoras sobre aborto, mostram como essa prática está envolta em relações de gênero e poder, tornando-se um tipo de resistência ao controle dos corpos e da saúde reprodutiva das mulheres. Em sua narrativa, as autoras mostram como, diferente do que o imaginário social constrói, as mulheres que realizam abortos são mulheres casadas, com filhos, religiosas. Seus itinerários abortivos são diversos, assim como os motivos para isso.

Outro tema bastante pertinente para a Antropologia da Saúde são os trabalhos sobre HIV/Aids. O capítulo sete consiste num trabalho de Ivia Maksud sobre as injunções sobre o HIV/Aids em espaços de saúde. Num caminho diferente dos outros trabalhos desta coletânea, Maksud faz uma análise de trabalhos de seus orientandos, tomando suas pesquisas e os autores como objeto de exame, e, assim, partindo desses trabalhos para realizar um debate acerca da atenção médica no contexto do HIV/Aids, colocando as pesquisas em diálogo. Os serviços de saúde são percebidos como lugares que tem dificuldade em abordar questões essenciais como prevenção e continuidade do tratamento. Nessa perspectiva, o capítulo oito feito por Luziana Silva discute a dinâmica conjugal sorodiscordante para o HIV/Aids diante das situações de risco. A pesquisa doutoral foi realizada antes da descoberta da baixa transmissibilidade do vírus em situações de baixa carga viral, um cenário onde a única medida possível era o uso de preservativo. Assim, mostra como os casais estão sempre em negociações em torno dos riscos, muitas vezes não baseando suas decisões reprodutivas a partir disso.

O capítulo nove intitulado *Produzindo embriões, negociando qualidade: uma análise do uso de imagens e escores para o uso de embriões em uma clínica de Reprodução Assistida em Porto Alegre* de autoria de Débora Allebrandt realiza uma interface entre ciência e saúde no contexto da Reprodução Assistida. A autora analisa uma técnica, o "Graduate Embryo Score" (GRE) que consiste em avaliar os estágios dos embriões a partir de "notas" ou escores que vão até um valor máximo de 100 pontos. A partir da experiência pessoal dos clientes e da gestão e produção de conhecimento sobre embriões, explora as interseccionalidades no que diz respeito às políticas da ciência, responsabilidade e ética no uso e destino dos embriões. Roberta Reis Grudzinski, no capítulo dez, apresenta o debate entre instituições científicas, Estado e sociedade acerca da aprovação e regulamentação da pesquisa clínica em seres humanos no Brasil a partir dos atores do campo de doenças raras. Baseada em perspectivas variadas, mostra como a ética é significada e como as questões sobre esse tipo de pesquisa são construídas de acordo com o contexto em que esses atores estão envolvidos, enfatizando os arranjos construídos entre ciência, Estado e sociedade.

Biorredes, cidadania genética e estratégias de políticas de saúde para doença falciforme dá nome ao capítulo onze de autoria de Ana Cláudia Rodrigues da Silva. Apesar de ser uma das doenças genéticas mais comuns no Brasil, a doença falciforme é invisibilizada no campo

político e também acadêmico, o que faz com que seja pouco conhecida por médicos e cientistas. Os atores envolvidos formam associações, biorredes, enfatizando como a invisibilidade da doença está atrelada ao racismo estrutural, sendo mais um marcador de desigualdade da população negra. Partindo da Teoria do Ator Rede, Silva segue os atores em busca de conexões mais amplas que estabelecem no mundo social que incorpora humanos e não humanos.

No capítulo doze, a discussão se constrói em torno dos esteroides anabolizantes androgênicos (EAA), enfatizando os discursos médicos sobre os riscos que envolvem o uso de substâncias e seus efeitos. Partindo de um ideal de masculinidade, muitos jovens fazem uso da substância para ganho de massa, sendo esse tipo de uso totalmente rechaçado pelos médicos. Em contrapartida, a perda de virilidade por homens idosos se torna um uso aceitável e louvável dessa substância por parte do discurso médico. Numa orientação dos estudos sociais da ciência, analisam a literatura considerada científica sobre os EAA, constataam as opiniões controversas e moralizantes do discurso médico.

O posfácio conta com um texto ficcional de Soraya Fleisher que relata um diálogo entre Guto, Custódio e Dona Helena no banco de espera de um centro de saúde na Ceilândia. Numa conversa dinâmica e fluída, as articulações dos temas dos trabalhos expostos na coletânea vão sendo discutidos pelos três, cada um deles expondo suas opiniões sobre os assuntos. Em meio a conversa, é possível perceber suas relações com os serviços de saúde em seu cotidiano. Esse manuscrito etnográfico nos possibilita perceber como é importante olhar a questão da saúde e do adoecimento a partir dos atores sociais, do ativismo de Guto por conta da doença falciforme ou das conversas e aproximações de Custódio com os agentes de saúde por ter que ir várias vezes ao centro durante a semana. Mais do que isso, o texto de Fleisher nos mostra a urgência do diálogo entre as Ciências da Saúde e as Ciências Humanas, dentre elas, a Antropologia.

As temáticas levantadas pelos autores nesta coletânea mostram como o campo da saúde está consolidado e possibilita diversas entradas nos serviços e políticas de saúde atualmente. A diversidade de discussões demonstra o grande potencial que o fazer antropológico tem para permear e dialogar com diversas outras áreas de conhecimento. No cenário político em que vivemos hoje, onde os poucos direitos alcançados estão em constante ameaça, torna-se essencial para a saúde que os antropólogos possam dar contribuições com o intuito de melhorar o acesso e atenção nessa área.